**5CCHLADSSPE01**

**EDUCAÇÃO POPULAR EM ÁREAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: A REALIDADE DA TRAVESSA DOS PALMARES, CRUZ DAS ARMAS-JOÃO PESSOA-PB**

Maria Valéria Costa Aldeci de Oliveira(3); Flaviane Araújo(1); Maria Eliete Salviano Torres(1); Ellaila Andrius de Moraes Soares(2); Alinne Medeiros dos Santos(2).

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Departamento de Serviço Social/PROBEX

**Resumo**

Na Sociedade Brasileira existem grandes disparidades sociais advindas dos problemas econômicos, políticos, ambientais e societários, nos quais afetam diretamente as classes subalternas, estas por sua vez ainda não possuem uma reflexão tão critica da realidade em que substancialmente vivem. Diante desta falta de compreensão, quanto à complexidade exposta, destacamos a necessidade da sustentabilidade urbana, sendo esta o acesso as condições básicas de sobrevivência, como a inclusão social, a equidade, e recursos ambientais, esta sustentabilidade pode ser desenvolvida através de um processo educativo integrador. A Educação Popular utilizada por Paulo Freire busca levar a reflexão crítica para as sociedades afetadas por todos os problemas citados, é entendido que através da Educação Popular “ninguém conscientiza ninguém”, mas pode incentivar o outro a pensar as problemáticas existentes, e que para além do pensamento atue na busca de mudanças. Está forma de educar contribui na transferência de conhecimento para uma consciência política, em prol da emancipação humana.

**Palavras-chave: Degradação ambiental, educação popular, sustentabilidade.**

**Introdução**

 As cidades brasileiras são delimitadas por fortes características de segregação sócio-territorial. As melhores áreas das cidades são destinadas aos que concentram as riquezas produzidas, portadores dos altos salários na burocracia estatal ou privada. Aos que sobrevivem do trabalho desqualificado, do subemprego ou de atividades precárias, restam as áreas descartadas pelo mercado imobiliário e pelas classes privilegiadas: as encostas dos morros, áreas alagadas pelos rios ou lagoas, áreas de difícil acesso, sem infraestrutura, sobre lixões, entre outras. Na cidade de João Pessoa, no bairro de Cruz das Armas, às margens do Rio Jaguaribe moram famílias em situação de risco uma vez que nos quintais de suas casas se dá o curso do rio e este, por sua vez, suporta grande volume de dejetos dos esgotos e do lixo jogados pelos moradores, tornando insustentável a degradação humana e ambiental vivida naquela realidade. A política habitacional do município, através do PAC (programa de aceleração do crescimento) tem um projeto para o deslocamento das famílias, que a seu turno resistem e não querem abandonar o local onde foi possível construir suas histórias. Nesse ínterim, o projeto de Extensão universitária com as famílias em situação de risco da travessa dos palmares, visa desencadear um processo de reflexão e ação baseado em ideias “Freireanas” onde os moradores possam desenvolver um projeto autônomo de organização e luta por melhores condições de vida. O trabalho tem como pressuposto a incorporação do projeto de uma comunidade sustentável, não somente do ponto de vista ambiental, mas levando em conta aspectos econômicos, sociais e, sobretudo, humanos.

**Metodologia**

 Conhecer a realidade dos moradores da travessa dos palmares, às margens do Rio Jaguaribe, em Cruz das Armas foi um processo de aproximação gradativa. Inicialmente foi feito um levantamento junto aos moradores no intuito de identificar a realidade, seus anseios e suas expectativas. Logo em seguida, partindo da inspiração em ideias de Paulo Freire, propostas no livro pedagogia da autonomia, foram realizadas as primeiras reuniões, de acordo com os seguintes princípios: respeito ao conhecimento dos moradores, uso do bom senso, partindo do conhecimento desses moradores em um processo de conquista paulatina, com o objetivo de construir um conhecimento crítico a respeito da realidade social, fortalecendo a capacidade organizativa e de luta dos moradores. Nas reuniões iniciais houve uma colaboração e participação expressiva dos moradores no projeto de extensão, onde foi identificado o interesse da comunidade que se explica pelas condições de risco e de moradia em que estão imersos. Viver as margens de um rio e ser constantemente ameaçados pelas chuvas, que elevam o nível do rio e invadem suas casas, sentir que a saúde dos familiares e que a poluição alcançou níveis insustentáveis de degradação ambiental e humana, pode ser a razão do interesse pela participação em reuniões que objetivam a mobilização e a educação popular e crítica, mas que, sobretudo tem a finalidade de contribuir para melhorar a qualidade de vida das famílias envolvidas. A aproximação junto aos moradores foi um momento de contínuo diálogo sobre os objetivos do trabalho de extensão, sobre as expectativas das famílias e as possibilidades de se criar um processo educativo que desperte a consciência crítica dos moradores e contribua para a transformação de suas vidas, através de um projeto autônomo de luta e organização popular.

**Educação popular e sustentabilidade urbana**

 O debate da sustentabilidade urbana está envolto por uma nuvem de contradições e impregnado de intencionalidades. A insuficiência de recursos naturais para atender a sede de lucratividade e de consumo é consenso entre as mais diversas perspectivas teóricas, desde daquelas que argumentam a necessidade de estabelecer limites para a acumulação do capital, até as mais radicalizadas, que defendem a inviabilidade de conter a devastação ambiental, num contexto de reprodução ampliada do capital.

 Segundo Harribey (1997) a difusão das discussões e trabalhos acadêmicos sobre a temática sustentabilidade, meio ambiente e desenvolvimento sustentável se dão no contexto da crise instaurada na década de 1970 e teve o mérito de desqualificar a crença em um crescimento econômico infinito que não levou em conta os limites da destruição dos recursos naturais. Autores como Mészáros (2002) afirmam ser uma crise estrutural que abala os próprios fundamentos da reprodução do capital. Tem-se uma problemática constituída pela exclusão humana e social em grandes proporções e uma degradação ecológica que tem suas principais determinações na concentração de riquezas, na desculturação de massa que retira o sentido da existência humana. A concepção de desenvolvimento sustentável é a tentativa de responder a essa crise que é ao mesmo tempo socioeconômica e ecológica.

 No Brasil, o desenvolvimento sustentável foi debatido pela primeira vez na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento- a Rio 92, contudo o desenvolvimento sustentável já tinha sido objeto de debate desde a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo, 1972. (FONSECA, 2005).

 Na Conferencia Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em Johanesburgo em agosto e setembro de 2002, a Rio +10 o conceito de desenvolvimento sustentável assume uma nova direção no contexto de aguda crise social/mundial. Entram na pauta os seguintes temas: redução das desigualdades sociais, equidade e participação popular, deslocando o debate do âmbito da economia para os assuntos sociais (FONSECA, 2005).

 A tensão presente está na diminuição das desigualdades sociais em um contexto de crise econômica, transferindo o problema socioambiental para toda a sociedade: de um lado se interessam pela temática ambiental as ONGs, associações, movimentos sociais e de outro lado o meio ambiente também se torna objeto de debate para os representantes do capital: Banco Mundial, o BID e as agências das nações Unidas.

 Contudo, sabe-se que a crise ambiental vivenciada na contemporaneidade tem forte relação com as relações sociais produzidas na sociedade capitalista. O consumo de fato se intensifica, mas se torna seletivo, uma vez que, somente parcela privilegiada da sociedade tem acesso de fato aos bens e produtos necessários e “desnecessários” a sobrevivência.

 No Brasil, a partir de 1980, os movimentos sociais passam a atuar com forte presença nas questões ambientais, tais como: MST, movimentos dos atingidos por Barragens. Em 1990, foi criado o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS).( WANDERLEY, 2010, p.72)

 Na realidade brasileira, apesar dos avanços contidos na Constituição Federal de 1988, os serviços sociais básicos a sobrevivência e que estão relacionados a questão socioambiental são negados a uma grande parcela da população, tais como: o direito à moradia digna, saúde, educação, alimentação . É possível constatar o enorme fosso que separa o que está na norma e sua efetividade relativa aos direitos sociais dos cidadãos. Então, é fato corriqueiro nas grandes cidades os trabalhadores, desempregados e subempregados buscarem alojamento nas encostas dos rios, morros, regiões de lixões e áreas alagadas, uma vez que o solo urbano se constitui em mercadoria rentável e o mercado imobiliário descarta os vulnerabilizados socialmente para regiões insalubres e impróprias para a moradia.

 O direito a uma cidade para todos tem sido pauta das reivindicações por uma reforma urbana onde as pessoas tenham vida digna em todas as dimensões: acesso a riqueza, saúde, moradia, educação.

 Na busca pela ampliação desses direitos, os pressupostos freireanos inspiram e trazem o fermento para práticas educativas formais e não formais. Os projetos sociais, movimentos populares e a extensão universitária, foco do presente trabalho, proporcionam espaços para a educação popular em parceria com escolas, centros de cidadania, movimentos sociais, constituindo-se em momentos de reflexão, conscientização, diálogo e transformações incessantes, tanto para os atores envolvidos como, principalmente, quando possibilita melhorias concretas na vida das populações oprimidas.

 Assim, o desenvolvimento de uma qualidade política por meio de processos de educação popular ainda se faz imprescindível na luta e resistência a uma degradação ambiental e humana.

**A educação popular junto aos moradores da Travessa dos Palmares, Cruz das Armas, João Pessoa/PB: Resultado de uma experiência de extensão universitária**

 O bairro de Cruz das Armas tem aproximadamente 80 anos de fundação. Suas primeiras casas eram rústicas, de taipa e palha com pouca infra-estrutura física, cujos proprietários habitavam o local quando ainda existiam várias fazendas e sítios. Posteriormente, as propriedades foram loteadas e vendidas. As construções se expandiram, formando assim um complexo habitacional, sem nenhuma infra-estrutura básica. O abastecimento de água era feito por alguns chafarizes e cacimbas e a principal fonte de iluminação era o lampião e o candeeiro, porem a partir da metade da década de 1950, a população local começou a ser beneficiada com água encanada e fornecimento de energia elétrica.

 Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Censo 2000, o bairro de Cruz das Armas tem a população de 25.994 habitantes, sendo 12.107 homens (47% da população) e 13.887 mulheres (53%), cuja população significa 4,3% em relação à população total de João Pessoa. A população está estruturada em 37,2% jovens 52,1%; adultos; 10,7% idosos, com 83,7% da população alfabetizada.

 Apesar de sua localização privilegiada, inclusive bem próxima do centro da cidade, e sua estrutura territorial bastante densa em termos populacional, além do forte impulso para o seu desenvolvimento e crescimento, apresenta indicadores que não demonstram uma infra-estrutura adequada para a população de um total de 6.551 domicílios, dispondo de apenas 12% de área com saneamento básico adequado, sendo 58,1% fossa rudimentar, 27,8% fossa séptica e 2,1% vala/rio, lago, mar e outros destinos, o que é muito baixo considerando o apresentado no conjunto da capital, onde 43,3% dos domicílios são servidos por redes geral de esgotos, em que 94,9% do lixo é coletado e 98,4% dos domicílios dispunham de banheiro. Quanto à renda, 32% dos domicílios estão inseridos na faixa de até um salário mínimo e 35,6% dos domicílios com renda superior a cinco salários mínimos.

 Trata-se de um espaço urbano eminentemente residencial, que conta com áreas de comércio, especialmente em sua principal avenida, mas quase desprovido de áreas de lazer, com casas simples de alvenaria, muitas vezes conjugadas, vilas, inúmeras casas de taipa (em geral sob risco de desabamento) e com telhado de palha, barracos de madeira, zinco e lona, situados em local de risco por serem próximos a barreiras e rios. Percebe-se que, principalmente nas mediações das margens do Rio Jaguaribe, a precariedade é visível, pois não existe coleta de lixo, saneamento básico e muitas ruas não possibilitam a passagem de veículos e moradores. Cruz das Armas em sua diversidade habitacional apresenta áreas denominadas “habitações subnormais”, a exemplo da Travessa dos Palmares, objeto de intervenção do referido projeto de extensão.

 A Travessa do Palmares se localiza às margens do Rio Jaguaribe, surgiu do processo de ocupação da área com a construção das primeiras moradias de forma precária: taipa, lona e madeira. Atualmente, as habitações são arquitetadas em alvenaria. Observa-se que em época de chuva, a lama e a água do rio causam transtornos aos moradores do local. A comunidade dispõe de água encanada, energia elétrica e telefone público, porém é comum a utilização irregular e clandestina desses serviços. De acordo com os moradores as maiores dificuldades enfrentadas pela comunidade diz respeito à falta de saneamento básico e pavimentação. A maioria dos seus habitantes não exerce atividade econômica formal, são autônomos, os homens desempenham atividades de pedreiro, pintor e alguns são catadores e as mulheres em sua maioria realizam trabalho doméstico renumerado como empregada doméstica e diarista.

 Para realizar esse o projeto, busca-se a sensibilização dos grupos organizados da comunidade acerca da problemática ambiental e humana que envolve os moradores em situação de risco que moram às margens do rio Jaguaribe. Como estratégia metodológica, iniciou-se as reuniões com a população com o objetivo de possibilitar um espaço para reflexão dos moradores acerca da realidade social. Como pressuposto teórico-metodológico, fez-se opção pela proposta pedagógica delineada por Freire, pois o processo de educação popular torna-se um meio de levantar as demandas e anseios da população proporcionando um espaço de conscientização e ação, no intuito de contribuir para ampliação ao acesso aos direitos sociais. Nas reuniões foi possível registrar os seguintes depoimentos:

“Vivemos com ratos, esgoto, lixo. O nosso esgoto vai para o rio, quando é período de chuva, todo o lixo vem para nossas casas. Que a prefeitura limpe o rio antes que as casas saiam da comunidade, pois podemos morrer com uma doença de rato” (Moradora da Travessa dos Palmares).

 Aceitar que seres humanos vivam nessa condição é tomar o caminho da acomodação ao injusto. De acordo com Freire (2005, p.77) “*Não* *posso* *estar* no *mundo* *de* *luva* *nas* *mãos* *constatando* *apenas*. A *acomodação* *em* *mim* é *apenas* *caminho* *para* *inserção*, *que* *implica* em *decisão*, *escolha*, *intervenção* na *realidade*”. Vejamos a fala do morador em um das reuniões realizadas no centro da cidadania de Cruz das Armas:

“A comunidade deve se organizar, lutar pelos seus direitos, mesmo se a gente sair da comunidade, mas lutamos para ficar” (Morador da Travessa dos Palmares).

 Partindo do conhecimento da população, o projeto de extensão visa: fortalecer a organização popular, dar visibilidade aos que não são ouvidos pelos poderes públicos, trocar saberes, reflexões e encontrar caminhos concretos de luta por melhores condições de vida para os moradores da Travessa dos Palmares, João Pessoa/PB.

**Conclusão**

 O projeto de extensão ainda está em andamento, mas da realidade encontrada em Cruz das Armas, na travessa dos palmares, é possível inferir que o direito a uma cidade sustentável e a um local digno de se viver tem sido a luta de muitas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e como afirmava Paulo Freire em pedagogia da autonomia: *diz-nos o bom senso que estas situações são inaceitáveis, fala-nos o bom* *senso que devemos lutar contra toda forma de degradação humana e ambiental e o* *bom senso também aconselha que a aceitação sem luta para melhorar tudo isso é um* *contra senso*. Assim, um processo de despertar crítico proposto pelo “pedagogo da libertação” ainda se faz um recurso imprescindível a todos os que não se contentam em conviver com a injustiça e que ainda entendem que a história é construída pelos próprios homens, mesmo diante de condicionantes econômicos, sociais e culturais inerentes a uma sociedade excludente

**Bibliografia**

COSTA, Marisa Vorraber (org.) *Educação popular hoje*.São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MÉSZÁROS, István. *Crise estrutural do sistema do capital*. In: Para além do capital. São Paulo: Unicamp; Boitempo, 2002.

HARRIBEY, Jean-Marie. *Le développement soutenable*. Paris: Economica, 1998.

FREIRE, Paulo*. Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo:Paz e Terra, 1996.

FONSECA, Denise. *Discutindo os termos de uma equação de congruência*: cultura e desenvolvimento sustentável. IN: GOMES,M.F; PELEGRINO;A.I. (orgs). Política de habitação popular e trabalho social. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social*: atuação no desenvolvimento de projetos sociais São Paulo: Cortez,2010.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Educação popular*: metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez,2010.